



O papel do design na segregação social das cidades: desenvolvimento de guarda-volumes para espaços que acolhem pessoas em situação de rua

O PAPEL DO DESIGN NA SEGREGAÇÃO SOCIAL DAS CIDADES: DESENVOLVIMENTO DE GUARDA-VOLUMES PARA ESPAÇOS QUE ACOLHEM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

DESIGN AND SOCIAL SEGREGATION OF CITIES: DEVELOPMENT OF STORAGE CLOSET FOR SPACES THAT WELCOME HOMELESS PEOPLE

Marina Scandolara

scandolara.ms@gmail.com – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Ana Veronica Pazmino

anaverpw@gmail.com – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo: O artigo apresenta uma pesquisa documental e de campo sobre a problemática social contemporânea de pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil. O escopo da pesquisa é o levantamento preliminar de necessidades e problemas de pessoas em situação de rua para, com esses dados, desenvolver um produto que possa auxiliar esse grupo social. O trabalho faz parte de um projeto de conclusão de curso que discorre sobre o design social como uma área no campo do design que se preocupa em atender demandas de grupos sociais da base da pirâmide e não com a visão do design de mercado. O artigo se trata também de uma crítica e reflexão sobre o ambiente público excludente. O resultado apresenta dados relevantes para dar continuidade ao projeto de design de produto para pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: Design social; Pessoas em situação de rua; Design de Produto.

Abstract: *The article presents documentary and field research into the contemporary social problems of homeless people in the city of Florianópolis, in the state of Santa Catarina, Brazil. The scope of the research is the preliminary survey of the needs and problems of homeless people in order to use this data to develop a product that can help this social group. The work is part of a course completion project that discusses social design as an area in the field of design that is concerned with meeting the demands of social groups at the base of the pyramid and not with the vision of market design. The article also deals with criticism and reflection on the exclusionary public environment. The result is relevant data to continue the product design project for homeless people.*

Keywords: *Social Design; Homeless People; Product Design.*

1. Introdução

Partindo da ideia de que o designer tem como objetivo melhorar a qualidade de vida do homem, este artigo visa descongestionar olhares sobre a segregação e exclusão nos espaços urbanos e o direito à cidade, a partir da análise do que se percebe como um projeto “anti-humano” no âmbito da ideia de projeto de “cidades excludentes”.

Utilizando-se de uma pesquisa documental e de campo, este artigo apresenta a fase preliminar de um projeto de conclusão de curso de Design de Produto da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa se propõe a analisar e refletir sobre os conceitos de design social e projetos antissociais nos espaços urbanos e coletivos, contribuindo com os estudos acerca do design social e a relação do desenvolvimento de produtos feitos para a inclusão de pessoas, em contraponto aos produtos destinados à exclusão.

Dessa forma, objetiva-se investigar conceitos que problematizam a condição humana nos centros urbanos através da análise de textos, imagens de obras de design e pesquisa de campo com o público-alvo e setores públicos da sociedade, que trabalham com pessoas em situação de rua, nos espaços públicos dos grandes centros.

Vivemos um momento em que os direitos humanos tomaram o lugar central nos debates sociais. Porém, apesar de promoverem sua importância para a construção de um mundo melhor, de maneira geral, os conceitos e circulação de ideias não chegam nem perto de colocar em xeque a lógica da segregação e exclusão da pobreza dos centros urbanos, que na maioria das situações aparece alicerçada na justificativa de segurança pública.

Assim sendo, este artigo objetiva mostrar a pesquisa preliminar sobre a problemática de pessoas em situação de rua, de forma a analisar e refletir sobre outro importante direito: o direito à cidade e aos espaços urbanos pela ótica do design social.

2. Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos do Projeto de Conclusão de curso em Design de Produto, temos a aplicação do processo projetual do *Design Thinking* que tem as fases de imersão, ideação e prototipação. Neste artigo é apresentado um resumo da fase de imersão. Partindo da problemática e definido o público-alvo por interesse pessoal da designer, foram realizadas pesquisas de contexto e pesquisa de campo para entender o público e levantar necessidades. Também foram realizadas análise de produtos similares por meio de métodos de design.

Inicialmente, para a fase de imersão, pensando sobre o público em questão, que são as pessoas em situação de rua, viu-se a necessidade de adotar a pesquisa etnográfica, que é um método de pesquisa utilizada nas ciências sociais e antropologia para estudar e descrever as culturas e comportamentos de grupos humanos específicos.

3. Desenvolvimento: Contextualização

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), o aumento da população em situação de rua é muito maior em proporção do que o da população em geral. No período de dez anos, de 2012 a 2022, o crescimento desse segmento vulnerável foi de 16%. A partir de dados do IBGE, o aumento populacional brasileiro foi de 11% entre 2011 e 2021. Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), os municípios da Grande Florianópolis somavam 1.483 pessoas em situação de rua durante a pandemia da Covid-19, em 2020 (Santa Catarina, 2020).

Estes dados levam a refletir sobre a problemática no uso dos espaços públicos pela população em situação de rua para suprir sua necessidade básica de abrigo. A busca destes espaços em Florianópolis se relaciona as configurações e condições impostas pelos albergues (ou casas de acolhimento) existentes na cidade e suas superlotações, que muitas vezes são insuficientes pelas poucas vagas oferecidas e pelos condicionamentos que desfavorecem a realidade da pessoa em situação de rua, tais como horários rígidos de pernoite, além da falta de espaços para guardar objetos, por exemplo. Desta maneira, tais condicionamentos afastam os usuários, uma vez que, quem vive na rua, não tem disponibilidade ou capacidade de se encaixar em um modelo social baseado em horários e regras.

Outros aspectos significativos para este público é o acesso ou deslocamento para chegar aos albergues e não poder ter consigo os animais que os acompanham diariamente.

Os autores Ferraz e Machado (2014) afirmam ainda que os albergues se mostram como uma suposta solução, pois na verdade essa alternativa “liberta de culpa tanto a sociedade – acomodada, sustentada pela exclusão – como o poder público – que investe somente em improvisos e não cumpre seu papel constitucional de garantir moradia digna para todos” (Ferraz, Machado, 2014, p. 618).

Vivemos, afinal, num mundo em que os direitos da propriedade privada e a taxa de lucro superam todas as outras noções de direito. Assim sendo, esta pesquisa preliminar irá analisar e refletir sobre outro importante direito: o direito à cidade e aos espaços urbanos pela ótica do design social e qual o papel do design na segregação das cidades.

A cidade é a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo (Park, 1967 apud Harvey, 2013).

3.1. Design e Políticas Públicas

De acordo com o sociólogo britânico contemporâneo Anthony Giddens (2004), a Sociologia é o estudo social da vida humana e pensar sociologicamente é despir-se de nossas convicções pessoais, tendo em mente que, o que pensávamos ser individual é na verdade parte de algo

maior. A reflexão de Giddens (2004) destaca a importância da Sociologia como disciplina que nos permite compreender a vida humana em sociedade de forma objetiva e imparcial. Além disso, nos lembra de que nossas experiências individuais estão intimamente ligadas a processos sociais mais amplos e que, para entendê-las verdadeiramente, precisamos ter uma perspectiva sociológica.

Já o filósofo francês Émile Durkheim (1858-1957), afirmava que possuímos duas consciências: a individual e a coletiva. Durkheim (1995) sustenta que da consciência coletiva deriva o seu conceito de solidariedade, como aquilo que une os indivíduos em sociedade, podendo ser de diferentes formas no decorrer do tempo histórico, inclusive com avanços e retrocessos nas sociedades capitalistas contemporâneas. O autor a chamou de solidariedade orgânica. Pode-se observar a exacerbação da consciência individual, como um estado de anomia. Esta surge, conforme Durkheim (1995), quando o corpo social adoece, quando a sociedade se encontra em uma disfunção, pois as regras já não estabelecem solidariedade, uma vez que estão ausentes.

É uma hipótese que, por meio de mecanismos seletivos e excludentes presentes na sociedade contemporânea – que podem ser econômicos, políticos e sociais – tenham surgido dispositivos espaciais segregatórios em que a solidariedade coletiva esteja ausente.

A exclusão social simboliza aqui um impedimento da convivência em uma sociedade mais igualitária. De acordo com Giddens (2008 apud Lúcio, 2013), entende-se por exclusão social as “formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade”. Segundo Lúcio (2013, p.2) “é possível afirmar que os sem-abrigo se constituem, atualmente e de forma inequívoca, como uma das faces mais visíveis da existência de fenômenos de pobreza e exclusão urbana, assumindo, também, como uma das suas manifestações mais perenes e de mais difícil resolução”.

O pensamento com viés sociológico é muito importante para compreendermos a relação entre a Revolução Industrial, o surgimento do design e a história do capitalismo (Brogini, 2013; Videla, 2018). Ao analisarmos a história do design sob essa perspectiva, podemos perceber como ele surgiu como uma interface entre a produção e o consumo, se adaptando às novas formas de produção em massa e consumo em larga escala. Essa reflexão nos permite entender melhor as mudanças sociais e econômicas que ocorreram durante esse período e como o design desempenhou um papel fundamental nesse contexto.

Autores como Papanek (1977), Margolin (2004) e Bonsiepe (2011) têm sustentado a importância do design social e fazem uma crítica ao design voltado ao mercado. Segundo Bonsiepe (2011) o design perdeu a sua substância quando passou a cuidar das superficialidades, colocando-se a serviço da beleza cosmética e lucros fáceis do mercado.

O design social, em lugar de se ocupar com consumidores potenciais do mercado convencional, atua em áreas que passam ao largo do interesse da indústria. Cidadãos menos favorecidos, social, cultural e economicamente, são o foco dos produtos desenvolvidos por meio do design



social, assim como pessoas em situação de baixa renda ou com necessidades especiais devido à idade, saúde ou inaptidão (Pazmino, 2014).

O design social, na verdade, corresponde ao desenvolvimento de produtos dotados de um design bom o bastante para ocasionar melhorias significativas na vida de minorias e de grupos marginais, excluídos ou isolados. Ainda, o design social é necessariamente centrado nas necessidades humanas do indivíduo; nas mais básicas, que estão na base da pirâmide. A satisfação das necessidades básicas, nesse sentido, pode ampliar a potencialidade de atividade criativa dos sujeitos. Gustin (2009 apud Casagrande, 2010) afirma que, para isso, é indispensável desenvolver no ser humano a autonomia.

Essa condição deve ser considerada genericamente necessária e indispensável à atuação do ser humano – individual ou coletivo – no sentido de criar e recriar condições que permitam a superação de seus sofrimentos graves, sua realização como ser típico na sociedade e, ao mesmo tempo, sua liberação dos constrangimentos internos e externos (Gustin, 2009, p. 15 apud Casagrande, 2010 p. 28).

Em sentido amplo, a autonomia desenvolvida nos sujeitos deve permitir o processo de tomada de consciência, acerca da dimensão coletiva das demandas sociais. Por serem complexas, estas demandas devem ser atendidas de forma ampla e com recursos do estado. Segundo Santos et al. (2019 p. 96)

Uma “política” pode ser entendida como um curso ou método de ação selecionado (pelo governo, instituição, organização, grupo ou indivíduo) entre outras alternativas, de forma a guiar e muitas vezes determinar as decisões presentes e futuras. Uma política provê, desta forma, uma estrutura de decisão ou curso de ação para se atingir um desejado efeito ou mudança associados a uma visão. Uma política apresenta como características: ser ampla e visionária, embora factível e mensurável; apontar uma direção de forma pouco ambígua; exprimir padrões, comportamentos e expectativas para guiar ações; integrar princípios associados ao futuro desejável.

A origem do conceito de políticas públicas remonta ao século XX, quando David Lerner e Harold Lasswell lançaram o livro “The Policy Sciences” (1951). Nele propuseram a aplicação de rigor científico na abordagem dos governos e de suas atividades; essa abordagem foi chamada de “The Policy Orientation”.

Inicialmente, foi voltada para fornecer subsídios para contribuir com a governança democrática, com a ideia de que políticas públicas baseadas em evidências poderiam ajudar a melhorar a qualidade da tomada de decisão governamental. Essa proposta de Lasswell (1951) ganhou destaque, onde passou-se a entender as políticas públicas como uma área de estudo multidisciplinar que busca compreender o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas governamentais.

De acordo com Bardach (1977), as políticas públicas envolvem uma enorme gama de disciplinas das ciências humanas e têm como objetivo resolver ou analisar problemas políticos reais. Como o assunto é bastante complexo, busca-se habilidades analíticas que vão além de uma única perspectiva, exigindo uma abordagem abrangente e flexível.

Isso pode significar que as políticas públicas devem ser planejadas com base em dados e evidências, e que sua implementação e avaliação devem ser acompanhadas de forma sistemática para garantir que os objetivos propostos sejam alcançados.

O papel crescente que o design tem desempenhado em áreas de interesse público, como órgãos governamentais, sistemas de saúde e de educação, além de organizações que buscam melhorar a mobilidade urbana e outras áreas que antes tinham pouca conexão com a área de design, é o reflexo da adaptação do design às necessidades da sociedade e do reconhecimento de que ele pode desempenhar um papel fundamental na solução de problemas sociais e ambientais (Hunt, 2012).

3.2. Pessoas em situação de rua e a segregação socioespacial das cidades

A condição de viver nas ruas, especialmente em áreas urbanas de grande e médio porte, identifica um grupo populacional específico que é conhecido nas políticas sociais como "população em situação de rua".

O Decreto no 7.053/2009 (Brasil, 2009) estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua, definindo “pessoas em situação de rua” como o grupo populacional heterogêneo caracterizado pela extrema pobreza, laços familiares frágeis ou rompidos, problemas de ordem psíquica, doenças mentais e a ausência de moradia regular convencional. Essa é a definição que será adotada neste artigo.

Esse grupo populacional heterogêneo vive em condições de extrema pobreza, enfrentando a falta de acesso a bens materiais e sociais, além de apresentar vínculos familiares e profissionais precários. Embora indivíduos vivendo nas ruas sempre tenham existido, a partir da década de 1970, o fenômeno da população em situação de rua se tornou mais evidente no país.

As políticas higienistas chegam às cidades brasileiras a partir do século XIX, e ações estatais com este cunho ideológico são atuantes no Brasil até meados dos anos 30. O que mais tarde se convencionou chamar de “higienismo”, chegou ao Brasil filtrada pela ótica do racismo estrutural (Andrade, 2011). Ações urbanas nos grandes centros, a partir do início do século XX, ilustram bem a prática de exclusão e segregação que se inicia: “para abrir espaço para as grandes avenidas e obras de embelezamento urbano, os cortiços e velhos sobrados centrais eram colocados abaixo, e os seus moradores, expulsos, afastando-se a pobreza e decadência dos centros urbanos” (Andrade, 2011, p. 1).

O processo de segregação socioespacial é um fenômeno histórico que acompanha o desenvolvimento das cidades e sua relação com o sistema capitalista vem se reformulando nas cidades contemporâneas de maneiras cada vez mais amplas e rígidas, diante do agravamento dos seus problemas estruturais que derivam das desigualdades sociais e do déficit habitacional.

Segundo uma reportagem publicada na Revista Piauí sobre a tradução de um texto de David Harvey, professor na New York University, chamado de “O Direito à Cidade”, a qualidade da vida

urbana virou uma mercadoria. Há uma “aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar”, que destaca a importância de considerar não apenas os aspectos físicos e materiais das cidades, mas também as dimensões sociais, culturais e emocionais que influenciam na qualidade de vida e na realização dos indivíduos que as habitam. (Harvey, 2013).

3.3. Projetos hostis e o design nos espaços urbanos

Durante a década de 1990, ocorreu uma notável interseção entre os valores éticos e morais com o design urbano na administração dos espaços públicos contemporâneos, resultando no surgimento do conceito de arquitetura e urbanismo que tende a excluir e restringir, sendo denominado como arquitetura hostil ou projetos hostis (Clementino, 2015).

Um exemplo comum de exclusão é a falta de acessibilidade em espaços públicos e edifícios. Escadas sem rampas ou elevadores, portas estreitas e corredores apertados são exemplos de como os projetos na cidade podem excluir pessoas com deficiência física. Também, há espaços e mobiliários urbanos que impedem que pessoas deitem ou fiquem sentadas (Figura 1). Isto caracteriza o termo aporofobia.

A aporofobia, título de livro lançado em 2017 pela filósofa espanhola Adela Cortina, surge como conceito associado aos fluxos migratórios intensos que a Europa presenciava e sobretudo ao tratamento desses migrantes em específico. De maneira geral, o neologismo pode ser definido pelo medo, rejeição ou aversão aos pobres, indivíduos sem vínculos na sociedade de trocas em que vivemos. (Brasil, 2023 p. 11)



Figura 1 – Exemplos de aporofobia em mobiliário urbano. Fonte: captado pelos autores, 2023.

Mobiliário urbano, como bancos com divisórias ou apoios de braços, que foram projetados para impedir que as pessoas durmam ou se sentem, são alguns exemplos de elementos que caracterizam a arquitetura hostil; ou talvez pudéssemos chamar de projetos anti-humanos, design desagradável e arquitetura anti-mendigo. Apesar da variação nominal, o objetivo é o mesmo: restringir e controlar o direito à ocupação do espaço urbano.

4. Estudo de Campo

A principal característica da etnografia é a imersão do pesquisador na comunidade ou grupo que está sendo estudado. Neste caso, foi feita uma imersão dentro da ONG Amigos da Sopa, de Florianópolis, o que possibilitou a participação em diversas ações de entrega de marmitas e assistências sociais que ocorreram na Catedral Metropolitana da cidade. Durante essas ações foi possível observar de perto o público, interagir com ele, entrevistá-lo e ainda vivenciar a dinâmica da ONG no auxílio às pessoas em situação de rua, entendendo suas principais necessidades e problemas enfrentados. Além da imersão na ONG, foram feitas visitas ao “Centro POP”, de Florianópolis, que é o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, sendo responsável em assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades.

Também houve a participação em rodas de conversa, uma delas dentro do Centro Sócioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi abordado o tema das dificuldades no mercado de trabalho para pessoas em situação de rua e contou com a participação de professores, assistentes sociais e pessoas que vivem essa realidade. A outra roda de conversa foi no centro de Florianópolis com o Movimento da População de Rua de Santa Catarina e o Movimento Voz das Minas, que contam com participantes que vivem a realidade das ruas e criaram esses grupos para poderem defender suas classes.

Foram realizadas também pesquisas na internet, mais precisamente nas redes sociais de personalidades do poder público da cidade de Florianópolis, para entender os eventos que permeiam o público e as medidas públicas que são tomadas.

Essa abordagem permitiu obter uma compreensão mais profunda da problemática em estudo, capturando nuances, valores, crenças, normas sociais e dinâmicas sociais que podem não ser facilmente perceptíveis através de métodos de pesquisa mais tradicionais. Os principais resultados da pesquisa de campo são descritos a seguir.

Os espaços ocupados pelas pessoas em situação de rua incluem: ruas, praças, parques, becos, viadutos, abrigos improvisados, barracas, abrigos sociais, casas de acolhimento e moradias abandonadas. Esses locais são, muitas vezes, insalubres, sem segurança ou privacidade. A convivência nesses espaços também pode ser marcada pela violência, tanto física quanto verbal. Frequentemente enfrentam estigma, discriminação e abuso, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade.

A maioria das pessoas em situação de rua observadas são trabalhadores e trabalhadoras que se ocupam durante o dia e acabam tendo que dormir nas ruas à noite por estarem em situação de miséria e renda mínima. Alguns acabaram sendo despejados de suas casas por diversos motivos, dentre eles, uso de substâncias como álcool, falta de dinheiro para pagar as contas e dívidas.

Pessoas em situação de rua evitam o contato com outras pessoas, inclusive com aquelas que passam pela mesma situação, por medo de violência ou preconceito. Os relatos de furtos entre eles também contribuem para o isolamento, mas alguns buscam a convivência em grupos ou adotam cachorros como forma de proteção.

A maioria descreveu que sua rotina na rua é procurar o que comer, onde dormir, defender as suas coisas e poder tomar banho. Reconhecem a existência da arquitetura hostil, por mais que desconheçam este termo, mostram o quanto os mobiliários urbanos como bancos em praças e pontos de ônibus dificultam na escolha de um local para descansar.

Observou-se que a grande maioria vivia com uma mochila ou mala e, em alguns casos, possuíam uma bicicleta para levar seus pertences. Mesmo diante das dificuldades, constroem relações sociais entre si – formam comunidades informais compartilhando recursos, apoio emocional e informações úteis sobre abrigos, alimentos e serviços disponíveis.

Porém, a falta de um endereço fixo e acesso limitado a recursos para guardar os seus pertences para poderem fazer ações comuns como buscar emprego, ir ao trabalho e se locomover, dificultam encontrar emprego e garantir uma renda estável. Também causam cansaço por carregar peso em excesso, além de fazer com que vivam em constante cuidado, atenção e medo de perder o pouco que possuem.

Dentre as suas expectativas, a principal foi poder ter acesso a abrigo públicos com mais estrutura para que tenham mais segurança e assim se concentrarem em apenas conseguir emprego. Muitos acham de extrema relevância poderem deixar seus pertences em locais seguros para facilitar suas buscas por emprego.

Em relação aos objetos:

- alguns têm consigo itens básicos de higiene, como escova de dentes, pasta de dentes e sabonete; esses itens são geralmente obtidos por meio de doações ou programas de assistência.
- por conta da dificuldade de acesso a refeições regulares, carregam consigo alguns recipientes reutilizáveis, como garrafas de água, que podem ser usados para transportar e armazenar líquidos, bem como embalagens de comidas e talheres;
- embora muitos percam ou tenham seus documentos roubados, alguns conseguem manter consigo documentos como identidade, CPF, cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) e outros, que são importantes para acessar serviços e benefícios sociais;
- alguns acabavam falando que carregam objetos que auxiliam em sua sobrevivência diária, como canivetes, isqueiros, lanternas, cordas e recipientes para coleta de água.

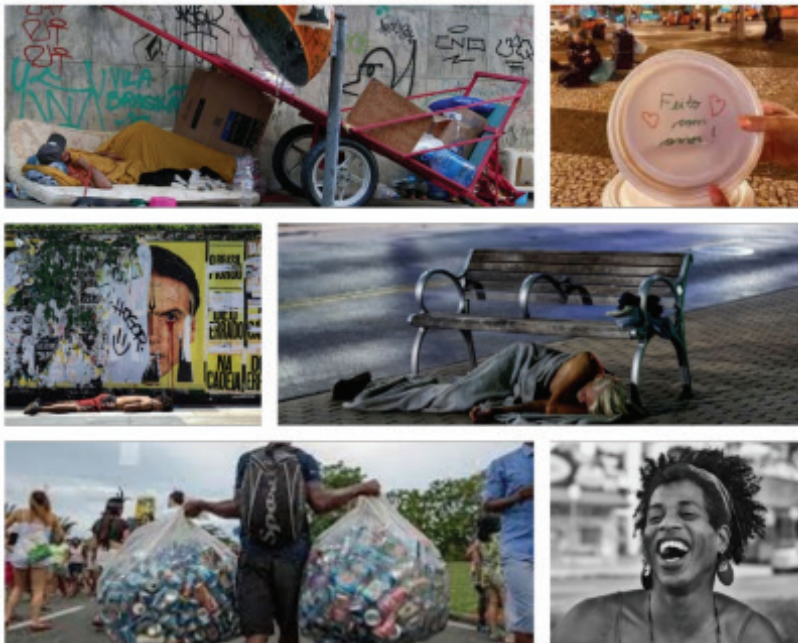


Figura 2 – Painel semântico que representa o público, pessoas em situação de rua. Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

O painel semântico (Figura 2) é uma ferramenta que, por meio de imagens, permite traçar um perfil do estilo de vida do grupo de usuários do produto de design. Montar painéis que representem fielmente a segmentação demográfica e comportamental permite visualizar as características estéticas, culturais e simbólicas do público (Pazmino, 2015).

5. Resultado

A análise da dificuldade enfrentada por pessoas em situação de rua para encontrar emprego devido à necessidade de carregar seus pertences evidencia a violação do direito à cidade e destaca a importância de buscar soluções que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua condição de moradia.

Portanto, para solucionar esta necessidade, foi desenvolvido um guarda-volumes para espaços de acolhimento, mais especificamente o “Centro POP”, de Florianópolis, para pessoas em situação de rua, para atender a problemática relacionada à dificuldade de busca por empregos, locomoção e segurança dessa população.

O guarda-volumes é um produto com ênfase no design social para o grupo de pessoas em situação de rua. Possui uma estética moderna, alegre e funcional, e é adequado para que os indivíduos que estão em ambientes de acolhimento possam guardar seus pertences com segurança, facilitando também sua autonomia para busca por empregos.

Além disso, o guarda-volumes permite que os funcionários de casas de acolhimento possam gerir com mais qualidade o armazenamento de pertences, documentação e comunicação com

os usuários. As dimensões são adequadas para oferecer conforto no uso, alcance para colocar os pertences, rodas para facilitar o transporte ou movimentar dentro do espaço. São três guarda-volumes de tamanhos diferentes para que sejam colocados de acordo com a necessidade (Figura 3).

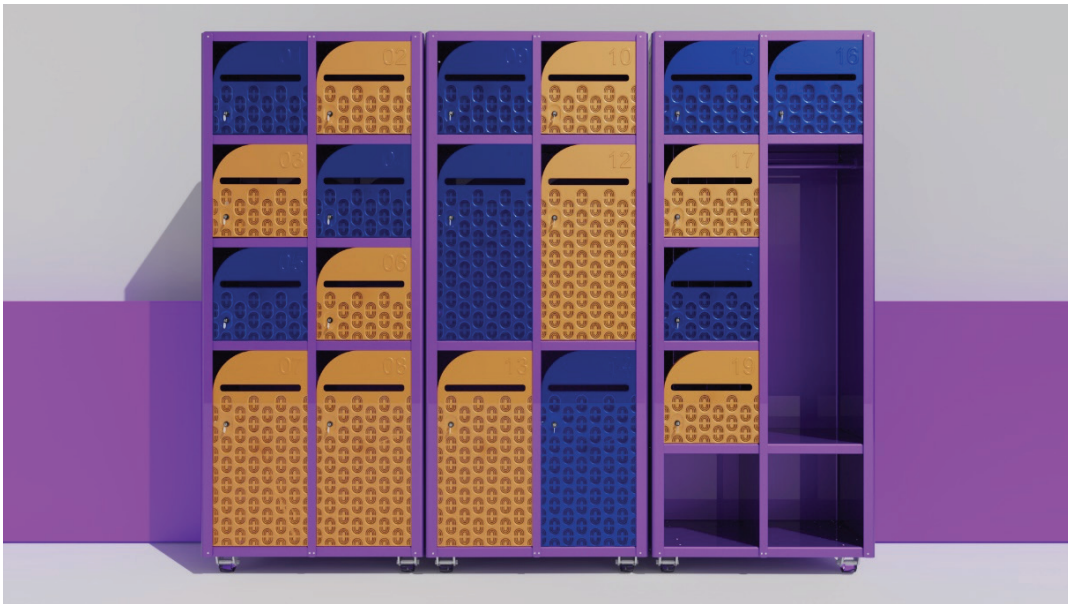


Figura 3: Solução final de guarda-volumes. Fonte: elaborado pelos autores, 2023



Figura 4: Os três módulos separados. Fonte: elaborado pelos autores, 2023

O guarda-volumes possui nichos de dois tamanhos, um tamanho P para pertences pequenos como mochilas, bolsas e carteiras; o outro nicho é um tamanho M que serve para armazenar itens maiores como malas, cobertas, travesseiros e etc. Além dos nichos para armazenar

pertences, possui um nicho especial para pendurar cabides com roupas para empréstimo e doações e nichos para guardar documentações (Figura 4).

O guarda-volume ainda possui rodinhas 360° para a mobilidade e para garantir que ele seja posicionado onde for preciso para o melhor aproveitamento de espaço dos centros de acolhimento. O mobiliário é feito de chapas metálicas e todos os seus encaixes foram pensados para facilitar sua montagem. Também possui fechaduras numeradas para facilitar a organização, onde cada usuário deixa sua chave no centro registrada com o número, não precisando levar consigo.

Os fatores que simbolizam o estilo e semântica do produto, dão-se pela escolha de cores, acabamentos e a possibilidade de modularidade. A escolha da paleta de cores desempenha um papel crucial na comunicação visual desse projeto, especialmente, pois busca-se transmitir conceitos específicos como alegria, cuidado e modernidade.

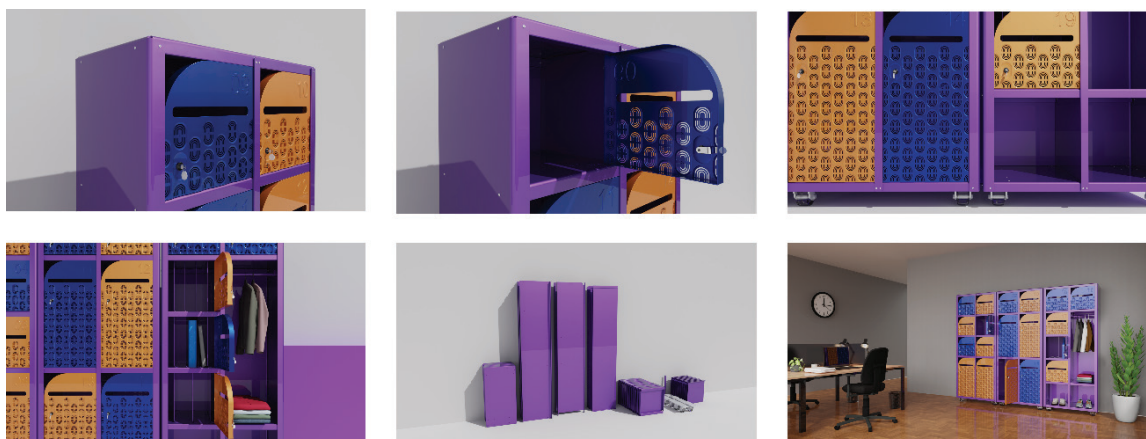


Figura 5: Detalhamentos do guarda-volumes. Fonte: elaborado pelos autores, 2023

A preocupação com os acabamentos das chapas metálicas também é um diferencial, tendo-se cuidado para que não haja nenhuma ponta pontiaguda ou a sensação de toque que possa gerar algum corte. Todos os encaixes funcionam para que a peça tenha uma sinergia de componentes (Figura 5).

6. Considerações Finais

O design tem potencial de desempenhar um papel fundamental na redução da segregação social nas cidades, pois oferece a oportunidade de repensar e redesenhar os espaços urbanos de maneira inclusiva, acolhedora e segura para todos os cidadãos. O design pode ser um poderoso facilitador na transformação de ambientes hostis em lugares mais humanizados e propícios ao convívio social.

Uma abordagem de design centrada nas pessoas é essencial para mitigar a arquitetura hostil. Isso envolve considerar as necessidades, experiências e perspectivas dos usuários dos espaços

urbanos, levando em conta a diversidade de idades, habilidades físicas e mentais, origens culturais e econômicas. Ao adotar uma abordagem inclusiva, o design pode contribuir para a criação de ambientes acessíveis e acolhedores para todos.

O design tem o potencial de afetar a maneira como as pessoas interagem e se relacionam com o mundo. No entanto, nem sempre o design é utilizado para promover a inclusão social. Na verdade, muitas vezes, o design pode ser uma ferramenta de exclusão.

No contexto das pessoas em situação de rua, o direito à cidade é negado quando elas enfrentam obstáculos significativos para encontrar emprego devido à falta de locais seguros para armazenar seus pertences. Essa restrição impacta negativamente sua mobilidade e sua capacidade de participar plenamente da vida urbana.

Além disso, o direito à cidade também engloba o acesso a serviços básicos, como abrigo, saúde e emprego. A dificuldade de encontrar trabalho devido à sobrecarga de pertences limita a realização desse direito, perpetuando a exclusão social e a desigualdade para pessoas em situação de rua.

Para promover o direito à cidade, é necessário adotar abordagens políticas e sociais como política de estado. No campo do design a atuação é complexa e limitada devido à necessidade de financiamento para o desenvolvimento de projeto ou para atuação junto a ONGs.

Esta pesquisa faz parte de um projeto de conclusão de curso de design de produto que visa desenvolver um produto para atender a necessidade de pessoas em situação de rua, como população vulnerável. O uso de métodos de pesquisa, como a etnografia, possibilitou a incursão do design em ambiente social. Os resultados obtidos (e que serão sintetizados em requisitos de projeto nas próximas etapas do projeto) indicam uma demanda por um produto para armazenar os diversos pertences nos espaços de albergue e moradia pública.

Diversas profissões podem realizar ações para reduzir os problemas sociais. O design de produto é uma delas e a universidade pública deveria motivar os alunos para olhar com empatia essa parcela da sociedade que se encontra na base da pirâmide e que precisa de ajuda.

Referências

ANDRADE, Patricia Alonso. Quando o design exclui o Outro: dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa/ PB. **Vitruvius**, ano 12, jul. 2011. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3973>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BARDACH, Eugene. **The implementation game**: what happens after a bill becomes a law. Cambridge: MIT Press, 1977.

BONSIEPE, Gui. **Design, cultura e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 23 dez. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Referendo na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976 Distrito Federal**. Relator: Min. Alexandre de Moraes. 22 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=770954718>>. Acesso em: 17 out. 2023.

BROGIN, Bruna; PERASSI, Richard; SOUZA, Luiz de; MELANIE, Sharlene; SÁ, Túlio Henrique Mandolesi; BATISTA, Vilson João. Naturalismo e Design: da mão à colher. **Dapesquisa**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 259-272, 6 set. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1808312908102013259>. Acesso em: 04 maio 2023.

CASAGRANDE, Elena. **Protagonismo popular e necessidades humanas**: um estudo com mulheres da comunidade Mont Serrat – Florianópolis/SC. 2010. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120544/291230.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 maio 2023.

CLEMENTINO, Lucas. **Perspectiva histórica da arquitetura hostil e seus afluentes modernos**. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@lucasmaurity/perspectiva-hist%C3%B3rica-da-arquitetura-hostil-e-seus-afluentes-modernos-159a1a94d642>>. Acesso em: 19 maio 2023.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; MACHADO, Bruno Amadei. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os “sem-teto”: moradores ou transgressores?”. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 609-623, 19 nov. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/316004364_Eu_nao_tenho_onde_morar_e_por_iss_o_que_eu_moro_na>. Acesso em: 10 maio 2023.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HARVEY, David. O direito à cidade. *In*: PIAUÍ, n. 82, julho, 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 10 maio 2023.

HUNT, Jamer. Letter from the editor. **The Journal of Design Strategies**, v. 5, n. 1, p. 5-10, 2012.

IPEA. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil#:~:text=Assim%2C para 2020 e 2021,respectivamente%2C 214.451 e 232.147 pessoas>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO E COPARTICIPAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/design_thinking/index.html>. Acesso em: 19 maio 2023.

LANCELLOTTI, Júlio Renato. **Aporofobia**. [S. l.], 22 maio 2020. Instagram: @padrejulio.lancellotti. Disponível em: <https://www.instagram.com/padrejulio.lancellotti/?hl=pt-br>. Acesso em: 24 maio 2023.

LASSWELL, Harold D. The policy orientation. *In*: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold D. **The policy sciences**: recent developments in scope and method. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LIEDTKA, Jeanne M.; SALZMAN, Randy; AZER, Daisy. **Design thinking for the greater good: innovation in the social sector.** New York: Columbia Business Press, 2017.

LÚCIO, José; MARQUES, Filomena. **Inclusão Social – do conceito à estratégia:** o caso dos Sem-Abrigo na Cidade de Lisboa. Em Actas do Seminário Geografias de Inclusão: desafios e oportunidades. Lisboa, 13 de dezembro 2010. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://www.academia.edu/466730/Inclusao_Social_do_conceito_a_estrategia_o_caso_dos_Sem-Abrigo_na_Cidade_de_Lisboa>. Acesso em: 01 maio 2023.

MARGOLIN, Victor; MARGOLIN, Sylvia. Um “modelo social” de design: questões de prática e pesquisa. **Revista Design em foco**, v. 1, n. 001, p. 43-48. 2004.

PAPANEK, Victor. **Design para el mundo real:** ecologia humana e cambio social. Madrid: Ediciones Blume, 1977.

PAZMINO, Ana Verónica. **Como se cria.** 40 métodos para o design de produtos. São Paulo: Blucher, 2015.

PAZMINO, Ana Verónica. Design para ação social e sustentabilidade: incentivo em curso de design. In: 11º P&D DESIGN. **Anais [...]**, Gramado, 2014.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas. **Levantamento @LEV 20/80032580.** Proteção social à população em situação de rua no contexto da pandemia de COVID-19 nos Municípios que tem maior demanda. Florianópolis, 23 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.tcsc.tc.br/sites/default/files/Palestra%208%20%E2%80%93%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua%20Durante%20a%20Pandemia.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

SANTOS, Aguinaldo dos; SANTOS, Adriane Shibata; GONÇALVES, Mariana Schmitz. **Design para a sustentabilidade:** dimensão social. Curitiba: Insight, 2019.

VIDELA, Ana Neuza Botelho. O Design e seus desafios. **Projetica**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 43-58, 12 nov. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2236-2207.2018v9n2suplp43>>. Acesso em: 07 abr. 2023.